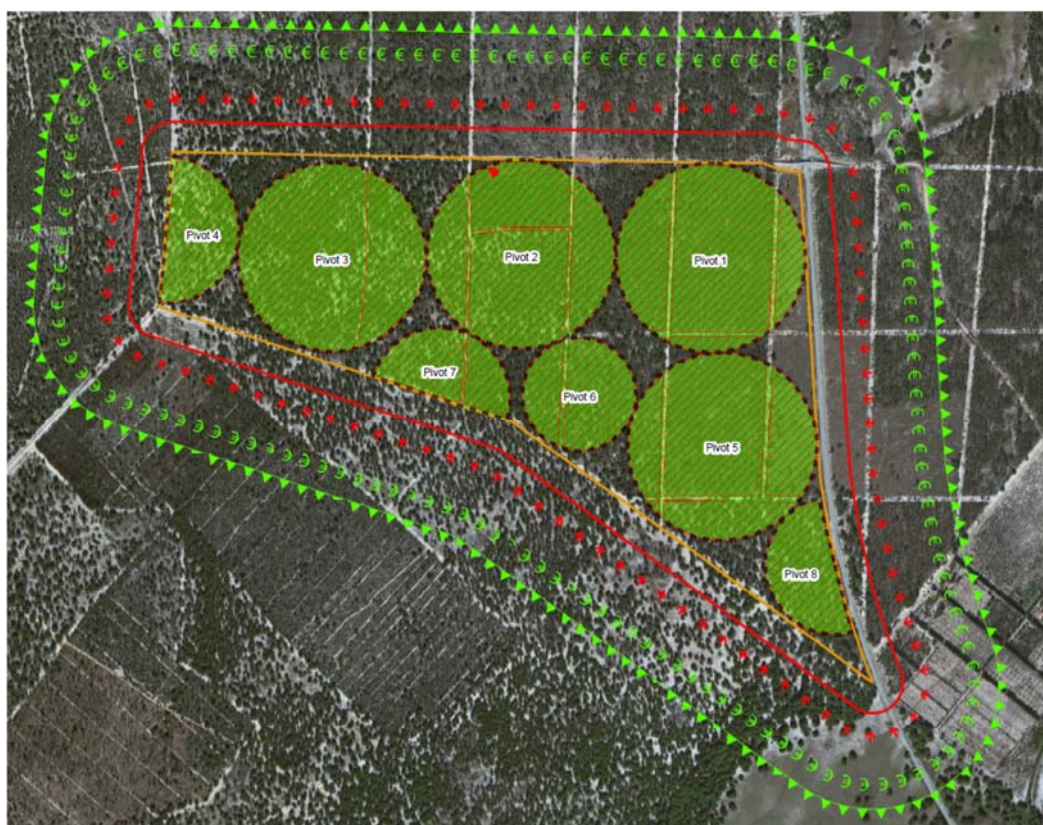


hortícolas[®] saturnino

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL DO PROJETO AGRÍCOLA HTS HERDADE DAS TEXUGUEIRAS SUL

PROJETO DE EXECUÇÃO



Volume 4 / 4 – Anexos Técnicos

fevereiro 2016

PROJETO AGRÍCOLA HTS

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

VOLUME 4/4 – Anexos Técnicos

Nota de Apresentação

A Rios e Aquíferos, Lda., apresenta os **Anexos Técnicos** relativos ao **Estudo de Impacte Ambiental** (EIA) do **Projeto Agrícola HTS** da Hortícolas Saturnino, Lda., em fase de Projeto de Execução, localizado no concelho de Alcácer do Sal e na união das freguesias de Alcácer do Sal - Santa Maria do Castelo e Santiago e Santa Susana, mais precisamente na propriedade da Herdade das Texugueiras Sul.

O presente EIA foi elaborado conforme a legislação atualmente em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março e pelo Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto, que estabelece o novo Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA).

O EIA é composto pelas seguintes peças:

- Volume 1 – Resumo Não Técnico;
- Volume 2/4 – Relatório Síntese;
- Volume 3/4 – Peças Desenhadas;
- **Volume 4/4 - Anexos Técnicos.**

Lisboa, fevereiro de 2016

Rios e Aquíferos, Lda.



Eng.ª Ricardina Fialho
(Coordenação)



Eng.º Rui Agostinho
(Coordenação)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
ANEXO I – DESCRITOR ECOLOGIA.....	4
ANEXO II – PATRIMÓNIO	14
ANEXO III - PEDIDOS DE INFORMAÇÃO - RESPOSTAS DAS ENTIDADES.....	16
ANEXO IV – MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO GERAIS DA APA	24

QUADROS

Quadro 1.1 – Lista de espécies de Anfíbios que podem ocorrer na área de inserção do projeto e sua envolvente	5
Quadro 1.2 – Lista de espécies de Répteis que podem ocorrer na área de inserção do projeto e sua envolvente	6
Quadro 1.3 – Lista de espécies de Aves que podem ocorrer na área de inserção do projeto e sua envolvente	6
Quadro 1.4 – Lista de espécies de Mamíferos que podem ocorrer na área de inserção do projeto e sua envolvente	11
Quadro 1.5 –Elenco florístico da área de inserção do projeto agrícola.....	12
Quadro 1.6 – Pedidos de Informação e Respostas.....	17

1. INTRODUÇÃO

O presente Volume contém os elementos considerados necessários ao esclarecimento ou complemento do descrito no presente EIA, e é composto por 4 Anexos Técnicos:

- **Anexo I - Descritor Ecologia** – neste anexo são apresentadas as listas de espécies inventariadas na área de inserção do projeto, nomeadamente de Anfíbios, Répteis, Aves, Mamíferos e o Elenco Florístico;
- **Anexo II - Descritor Arqueologia** – neste anexo apresenta-se a autorização da DGPC para a equipa de Arqueólogos efetuar trabalhos arqueológicos de prospeção sistemática na área de implantação do Projeto Agrícola HTS;
- **Anexo III - Pedidos de Informação e Respostas das Entidades** – neste anexo apresentam-se os pedidos de informação efetuados e respostas das entidades competentes em matéria relevante para o EIA.
- **Anexo IV - Medidas de Minimização Gerais da APA** – neste anexo apresentam-se as medidas de minimização gerais definidas pela Agência Portuguesa do Ambiente a implementar pelos promotores dos projetos em fase de construção.

ANEXO I – DESCRITOR ECOLOGIA

LISTA DE ESPÉCIES E DE ELENCO FLORÍSTICO QUE PODEM OCORRER NA ÁREA DE INSERÇÃO DO PROJETO

Quadro 1.1 - Lista de espécies de Anfíbios que podem ocorrer na área de inserção do projeto e sua envolvente.

Quadro 1.2 - Lista de espécies de Répteis que podem ocorrer na área de inserção do projeto e sua envolvente.

Quadro 1.3 - Lista de espécies de Aves que podem ocorrer na área de inserção do projeto e sua envolvente.

Quadro 1.4 - Lista de espécies de Mamíferos que podem ocorrer na área de inserção do projeto e sua envolvente.

Quadro 1.5 - Lista do Elenco Florístico que pode ocorrer na área de inserção do projeto e sua envolvente.

Volume 4 / 4 – Anexos Técnicos - EIA do Projeto Agrícola HTS na Herdade das Texugueiras Sul

Quadro 1.1 – Lista de espécies de Anfíbios que podem ocorrer na área de inserção do projeto e sua envolvente

FAMÍLIA ESPÉCIE	NOME VULGAR	Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal	IUCN	Convenção de Berna	Diretiva Habitats
SALAMANDRIDAE					
<i>Pleurodeles waltl</i>	Salamandra-de-costelas-salientes	LC	LC	Anexo III	---
<i>Salamandra salamandra</i>	Salamandra-de-pintas-amarelas	LC	LC	Anexo III	---
<i>Lissotriton boscai</i>	Tritão-de-ventre-laranja	LC	NT	Anexo III	---
<i>Triturus marmoratus</i>	Tritão-marmorado	LC	LC	Anexo III	Anexo B-IV
DISCOGLOSSIDAE					
<i>Alytes cisternasii</i>	Sapo-parteiro-ibérico	LC	NT	Anexo II	Anexo B-IV
<i>Discoglossus galganoi</i>	Rã-de-focinho-pontiagudo	NT	LC	Anexo III	Anexos B-II e B-IV
BUFONIDAE					
<i>Bufo bufo</i>	Sapo-comum	LC	LC	Anexo III	---
<i>Epidalea calamita</i>	Sapo-corredor	LC	LC	Anexo II	Anexo B-IV
HYLIDAE					
<i>Hyla meridionalis</i>	Rela-meridional	LC	LC	Anexo III	Anexo B-IV
RANIDAE					
<i>Pelophylax perezi</i>	Rã-verde (**)	LC	LC	Anexo III	Anexo B-V

(*) Espécie de ocorrência confirmada na área de inserção do projeto e sua envolvente

(**) Espécie de ocorrência confirmada na área envolvente

Quadro 1.2 – Lista de espécies de Répteis que podem ocorrer na área de inserção do projeto e sua envolvente

FAMÍLIA ESPÉCIE	NOME VULGAR	Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal	IUCN	Convenção de Berna	Diretiva Habitats
EMYDIDAE					
<i>Mauremys caspica</i>	Cágado-comum			Anexo II	---
GEKKONIDAE					
<i>Tarentola mauritanica</i>	Osga	LC	---	Anexo III	---
LACERTIDAE					
<i>Timon lepidus (Lacerta lepidus)</i>	Lagarto	LC	NT	Anexo II	---
<i>Podarcis hispanica</i>	Lagartixa-ibérica	LC	---	Anexo III	Anexo B-IV
<i>Psammotriton algirus</i>	Lagartixa-do-mato (*)	LC	LC	Anexo III	---
COLUBRIDAE					
<i>Coluber hippocrepis</i>	Cobra-de-ferradura	LC	LC	Anexo II	Anexo B-IV
<i>Elaphe scalaris</i>	Cobra-de-escada	LC	LC	Anexo III	---
<i>Malpolon monspessulanus</i>	Cobra-rateira	LC	---	Anexo III	---

(*) Espécie de ocorrência confirmada na área de inserção do projeto e sua envolvente.

(**) Espécie de ocorrência confirmada na área envolvente

Quadro 1.3 – Lista de espécies de Aves que podem ocorrer na área de inserção do projeto e sua envolvente

FAMÍLIA ESPÉCIE	NOME VULGAR	Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal	IUCN	Convenção de Bona	Convenção de Berna	Diretiva Aves	SPEC	Fenologia
ARDEIDAE								
<i>Ixobrychus minutus</i>	Garçote	VU	LC	Anexo II	Anexo II	Anexo A-I	SPEC 3	Nidificante Estival
<i>Bubulcus ibis</i>	Carraceiro	LC	LC	---	Anexo II	---	---	Residente
<i>Egretta garzetta</i>	Garça-branca	LC	LC	---	Anexo II	Anexo A-I	---	Residente
<i>Ardea cinerea</i>	Garça-real	LC	LC	---	Anexo III	---	---	Res. / Visitante
<i>Ardea purpurea</i>	Garça-vermelha	EN	LC	Anexo II	Anexo II	Anexo A-I	SPEC 3	Nidificante Estival
CICONIIDAE								
<i>Ciconia ciconia</i>	Cegonha-branca (*)	LC	LC	Anexo II	Anexo II	Anexo A-I	SPEC 2	Mig. Rep. / Res.
ANATIDAE								
<i>Anas platyrhynchos</i>	Pato-real	LC	LC	Anexo II	Anexo III	Anexo D	---	Res. / Visitante
ACCIPITRIDAE								
<i>Elanus caeruleus</i>	Peneireiro-cinzento (*)	NT	LC	Anexo II	Anexo II	Anexo A-I	SPEC 3	Residente
<i>Milvus migrans</i>	Milhafre-preto	LC	LC	Anexo II	Anexo II	Anexo A-I	SPEC 3	Mig. Reprodutor
<i>Accipiter nisus</i>	Gavião (*)	LC	LC	Anexo II	Anexo II	Anexo A-I		
<i>Circus cyaneus</i>	Águia-cobreira	NT	LC	Anexo II	Anexo II	Anexo A-I	SPEC 3	Nidificante Estival

Volume 4 / 4 – Anexos Técnicos - EIA do Projeto Agrícola HTS na Herdade das Texugueiras Sul

FAMÍLIA ESPÉCIE	NOME VULGAR	Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal	IUCN	Convenção de Bona	Convenção de Berna	Diretiva Aves	SPEC	Fenologia
<i>Circus cyaneus</i>	Tartaranhão-azulado	VU	LC	Anexo II	Anexo II	Anexo A-I	---	Res. / Visitante
<i>Circus pygargus</i>	Tartaranhão-caçador	EN	LC	Anexo II	Anexo II	Anexo A-I	---	Nidificante Estival
<i>Buteo buteo</i>	Águia-d'asa-redonda (*)	LC	LC	Anexo II	Anexo II	---	---	Residente
<i>Falco subbuteo</i>	Ógea	VU	LC	Anexo II	Anexo II		---	Mig. Reprodutor
<i>Pernis apivorus</i>	Falcão-abelheiro	VU	LC	Anexo II	Anexo II	Anexo A-I		Nidificante Estival
<i>Hieraaetus pennatus</i>	Águia-calçada	NT	LC	Anexo II	Anexo II	Anexo A-I	SPEC 3	Nidificante Estival
FALCONIDAE								
<i>Falco tinnunculus</i>	Peneireiro	LC	LC	Anexo II	Anexo II		SPEC 3	Residente
PHASIANIDAE								
<i>Alectoris rufa</i>	Perdiz	LC	LC	---	Anexo III	Anexo D	SPEC 2	Residente
<i>Coturnix coturnix</i>	Codorniz	LC	LC	Anexo II	Anexo III	Anexo D	SPEC 3	Mig.Rep./Vis./Res
RALLIDAE								
<i>Gallinula chloropus</i>	Galinha-d'água	LC	LC	---	Anexo II	Anexo D	---	Residente
<i>Fulica atra</i>	Galeirão	LC	LC	Anexo II	Anexo III	Anexo D	---	Res. / Visitante
RECURVIROSTRIDAE								
<i>Himantopus himantopus</i>	Pernilongo	LC	LC	Anexo II	Anexo II	Anexo A-I		Reprodutor
CHARADRIIDAE								
<i>Vanellus vanellus</i>	Abibe	LC	LC	Anexo II	Anexo III		SPEC 2	Visitante
SCOLOPACIDAE								
<i>Gallinago gallinago</i>	Narceja	CR/LC	LC	Anexo III	Anexo II	Anexo D	SPEC 3	Rep. / Visitante
<i>Limosa limosa</i>	Milherango	LC	LC	Anexo III	Anexo II		SPEC 2	Visitante
<i>Tringa ochropus</i>	Maçarico-bique-bique	NT	LC	Anexo II	Anexo II			Visitante
<i>Actitis hypoleucos</i>	Maçarico-das-rochas	VU	LC	Anexo II	Anexo II		SPEC 3	Rep. / Visitante
LARIDAE								
<i>Larus ridibundus</i>	Guincho	LC	LC		Anexo III			Visitante
<i>Larus fuscus</i>	Gaivota-de-asa-escura	VU/LC	LC					Rep. / Visitante
<i>Larus cachinnans</i>	Gaivota-de-patas-amarelas	LC	LC		Anexo III			Residente
STERNIDAE								
<i>Sterna sandvicensis</i>	Garajau	NT	LC	Anexo II	Anexo II	Anexo A-I	SPEC 2	Visitante
COLUMBIDAE								
<i>Columba palumbus</i>	Pombo-torcaz (*)	LC	LC			Anexo D		Res. / Visitante
<i>Streptopelia decaocto</i>	Rola-turca (*)	LC	LC		Anexo III			Residente
<i>Streptopelia turtur</i>	Rola-brava (*)	LC	LC		Anexo III	Anexo D	SPEC 3	Mig. Reprodutor
CUCULIDAE								

Volume 4 / 4 – Anexos Técnicos - EIA do Projeto Agrícola HTS na Herdade das Texugueiras Sul

FAMÍLIA ESPÉCIE	NOME VULGAR	Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal	IUCN	Convenção de Bona	Convenção de Berna	Diretiva Aves	SPEC	Fenologia
<i>Cuculus canorus</i>	Cuco- canoro (*)	LC	LC		Anexo III			Mig. Reprodutor
TYTONIDAE								
<i>Tyto alba</i>	Coruja-das- torres (*)	LC	LC		Anexo II		SPEC 3	Residente
STRIGIDAE								
<i>Athene noctua</i>	Mocho- galego (*)	LC	LC		Anexo II		SPEC 3	Residente
<i>Strix aluco</i>	Coruja-do- mato	LC	LC		Anexo II			Residente
APODIDAE								
<i>Apus apus</i>	Andorinhão- preto	LC	LC		Anexo III			Mig. Reprodutor
ALCEDINIDAE								
<i>Alcedo atthis</i>	Guarda-rios	LC	LC		Anexo II	Anexo A-I	SPEC 3	Residente
MEROPIIDAE								
<i>Merops apiaster</i>	Aberalhucio	LC	LC	Anexo II	Anexo II		SPEC 3	Mig. Reprodutor
UPUPIDAE								
<i>Upupa epops</i>	Poupa (*)	LC	LC		Anexo II		SPEC 3	Mig. Rep. / Res.
PICIDAE								
<i>Picus viridis</i>	Peto-verde	LC	LC		Anexo II		SPEC 2	Residente
<i>Dendrocopos major</i>	Picapau- malhado (*)	LC	LC		Anexo II			Residente
ALAUDIDAE								
<i>Galerida cristata</i>	Cotovia-de- poupa (*)	LC	LC		Anexo III		SPEC 3	Residente
<i>Lullula arborea</i>	Cotovia- dos- bosques	LC	LC		Anexo III	Anexo A-I	SPEC 2	Res. / Visitante
<i>Alauda arvensis</i>	Laverca (*)	LC	LC		Anexo III		SPEC 3	Res. / Visitante
HIRUNDINIDAE								
<i>Riparia riparia</i>	Andorinha- das- barreiras	LC	LC		Anexo II		SPEC 3	Mig. Reprodutor
<i>Hirundo rustica</i>	Andorinha- das- chaminés	LC	LC		Anexo II		SPEC 3	Mig. Reprodutor
<i>Hirundo daurica</i>	Andorinha- daurica	LC	LC		Anexo II			Mig. Reprodutor
<i>Delichon urbicum</i>	Andorinha- dos-beirais	LC	LC		Anexo II		SPEC 3	Mig. Reprodutor
MOTACILLIDAE								
<i>Anthus trivialis</i>	Petinha- das-árvores	NT	LC		Anexo II			Mig. Reprodutor
<i>Anthus pratensis</i>	Petinha- dos-prados	LC	LC		Anexo II			Visitante
<i>Motacilla flava</i>	Alvéola- amarela	LC	LC		Anexo II			Mig. Reprodutor
<i>Motacilla cinerea</i>	Alvéola- cinzenta	LC	LC		Anexo II			Res. / Visitante
<i>Motacilla alba</i>	Alvéola- branca (*)	LC	LC		Anexo II			Res. / Visitante
TROGLODYTIDAE								
<i>Troglodytes troglodytes</i>	Carriça (*)	LC	LC		Anexo II			Residente
MUSCICAPIDAE								

Volume 4 / 4 – Anexos Técnicos - EIA do Projeto Agrícola HTS na Herdade das Texugueiras Sul

FAMÍLIA ESPÉCIE	NOME VULGAR	Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal	IUCN	Convenção de Bona	Convenção de Berna	Diretiva Aves	SPEC	Fenologia
<i>Muscicapa striata</i>	Taralhão-cinzento	NT	LC	Anexo II	Anexo II		SPEC 3	Mig. Reprodutor
<i>Ficedula hypoleuca</i>	Papa-moscas-preto (*)		LC	Anexo II	Anexo II			
<i>Erithacus rubecula</i>	Pisco-de-peito-ruivo (*)	LC	LC	Anexo II	Anexo II			Res. / Visitante
<i>Luscinia megarhynchos</i>	Rouxinol	LC	LC	Anexo II	Anexo II			Mig. Reprodutor
<i>Luscinia svecica</i>	Pisco-de-peito-azul	LC	LC	Anexo II	Anexo II	Anexo A-I		Visitante
<i>Phoenicurus ochruros</i>	Rabirruivo (*)	LC	LC	Anexo II	Anexo II			Residente
TURDIDAE								
<i>Turdus merula</i>	Melro-preto (*)	LC	LC	Anexo II	Anexo III	Anexo D		Residente
<i>Turdus viscivorus</i>	Tordoveia	LC	LC		Anexo III	Anexo D		Residente
<i>Saxicola rubetra</i>	Cartaxo-nortenho	VU	LC	Anexo II	Anexo II			Mig. Reprodutor
<i>Saxicola torquatus</i>	Cartaxo (*)	LC	LC	Anexo II	Anexo II			Residente
CETTIDAE								
<i>Cettia cetti</i>	Rouxinol-bravo	LC	LC	Anexo II	Anexo II			Residente
CISTICOLIDAE								
<i>Cisticola jundicis</i>	Fuinha-dos-juncos	LC	LC	Anexo II	Anexo II			Residente
SYLVIIDAE								
<i>Sylvia atricapilla</i>	Toutinegra-de-barrete (*)	LC	LC	Anexo II	Anexo II			Residente
<i>Sylvia borin</i>	Felosa-das-figueiras	VU	LC	Anexo II	Anexo II			Mig. Reprodutor
<i>Sylvia undata</i>	Toutinegra-do-mato (*)	LC	LC		Anexo II	Anexo A-I	SPEC 2	Residente
<i>Sylvia melanocephala</i>	Toutinegra-de-cabeça-preta	LC	LC	Anexo II	Anexo II			Residente
PHYLLOSCOPIDAE								
<i>Phylloscopus collybita</i>	Felosa-comum (*)	LC	LC	Anexo II	Anexo II			Visitante
REGULIDAE								
<i>Regulus ignicapilla</i>	Estrelinha-real (*)	LC	LC	Anexo II	Anexo II			Res. / Visitante
AEGYTHALIDAE								
<i>Aegithalos caudatus</i>	Chapim-rabilongo (*)	LC	LC		Anexo III			Residente
PARIDAE								
<i>Parus cristatus</i>	Chapim-de-poupa (*)	LC	LC		Anexo II		SPEC 2	Residente
<i>Parus caeruleus</i>	Chapim-azul	LC	LC		Anexo II			Residente
<i>Parus major</i>	Chapim-real	LC	LC		Anexo II			Residente
SITTIDAE								
<i>Sitta europaea</i>	Trepadeira-azul	LC	LC		Anexo II			Residente
CERTHIIDAE								

Volume 4 / 4 – Anexos Técnicos - EIA do Projeto Agrícola HTS na Herdade das Texugueiras Sul

FAMÍLIA ESPÉCIE	NOME VULGAR	Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal	IUCN	Convenção de Bona	Convenção de Berna	Diretiva Aves	SPEC	Fenologia
<i>Certhia brachydactyla</i>	Trepadeira	LC	LC		Anexo II			Residente
LANIIDAE								
<i>Lanius meridionalis</i>	Picanço-real	LC	LC		Anexo II		SPEC 3	Residente
CORVIDAE								
<i>Garrulus glandarius</i>	Gaio (*)	LC	LC			Anexo D		Residente
<i>Cyanopica cyanus</i>	Pega-azul	LC	LC		Anexo II			Residente
<i>Corvus corone</i>	Gralha-preta (*)	LC	LC			Anexo D		Residente
STURNIDAE								
<i>Sturnus vulgaris</i>	Estorninho-malhado	LC	LC			Anexo D		Visitante
<i>Sturnus unicolor</i>	Estorninho-preto (*)	LC	LC		Anexo II		SPEC 3	Residente
PASSERIDAE								
<i>Passer domesticus</i>	Pardal (*)	LC	LC				SPEC 3	Residente
<i>Passer montanus</i>	Pardal-montês	LC	LC		Anexo III		SPEC 3	Residente
<i>Petronia petronia</i>	Pardal-francês	LC	LC		Anexo II			Residente
FRINGILLIDAE								
<i>Fringilla coelebs</i>	Tentilhão (*)	LC	LC		Anexo III			Residente
<i>Serinus serinus</i>	Milheirinha	LC	LC		Anexo II			Residente
<i>Carduelis chloris</i>	Verdilhão	LC	LC		Anexo II			Residente
<i>Carduelis carduelis</i>	Pintassilgo (*)	LC	LC		Anexo II			Residente
<i>Carduelis spinus</i>	Lugre	LC	LC		Anexo II			Visitante
<i>Carduelis cannabina</i>	Pintarroxo (*)	LC	LC		Anexo II		SPEC 2	Residente
EMBERIZIDAE								
<i>Emberiza cirius</i>	Escrevedeira	LC	LC		Anexo II			Residente
<i>Emberiza calandra</i>	Trigueirão (*)	LC	LC		Anexo III		SPEC 2	Residente

Quadro 1.4 – Lista de espécies de Mamíferos que podem ocorrer na área de inserção do projeto e sua envolvente

FAMÍLIA ESPÉCIE	NOME VULGAR	Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal	IUCN	Convenção de Bona	Convenção de Berna	Directiva Habitats
ERINACEIDAE						
<i>Erinaceus europaeus</i>	Ouriço-cacheiro (*)	LC	LC		Anexo III	
SORICIDAE						
<i>Crocidura russula</i>	Musaranho-de- dentes-brancos	LC	LC		Anexo III	
TALPIDAE						
<i>Galemys pyrenaicus</i>	Toupeira-de- água	VU	VU		Anexo II	Anexos B-II e B-IV
<i>Talpa occidentalis</i>	Toupeira	LC	LC			
LEPORIDAE						
<i>Oryctolagus cuniculus</i>	Coelho-bravo (*)	NT	LC			
<i>Lepus granatensis</i>	Lebre	LC			Anexo III	
ARVICOLIDAE						
<i>Microtus cabreræ</i>	Rato de Cabrera	VU	NT	Anexo II		Anexos B-II e B-IV
<i>Microtus duodecimcostatus</i>	Rato-cego- mediterrânico	LC	LC			
MURIDAE						
<i>Apodemus sylvaticus</i>	Ratinho-do- campo (*)	LC	LC			
<i>Rattus norvegicus</i>	Ratazana	NA	LC			
<i>Mus domesticus</i>	Ratinho-caseiro	LC	LC			
<i>Mus spretus</i>	Ratinho-ruivo (*)	LC	LC			
CANIDAE						
<i>Vulpes vulpes</i>	Raposa (*)	LC	LC			
MUSTELIDAE						
<i>Mustela nivalis</i>	Doninha	LC	LC		Anexo III	
<i>Mustela putorius</i>	Toirão	DD	LC		Anexo III	Anexo B-V
<i>Martes foina</i>	Fuinha (*)	LC	LC		Anexo III	
<i>Meles meles</i>	Texugo (**)	LC	LC		Anexo III	
<i>Lutra lutra</i>	Lontra	LC	NT		Anexo II	Anexos B-II e B-IV
VIVERRIDAE						
<i>Genetta genetta</i>	Geneta	LC	LC		Anexo III	Anexo B-V
<i>Herpestes ichneumon</i>	Sacarrabos	LC	LC		Anexo III	Anexo B-V
SUIDAE						
<i>Sus scrofa</i>	Javali (*)	LC	LC			

Quadro 1.5 –Elenco florístico da área de inserção do projeto agrícola

FAMÍLIA Nome Científico	Tipo Fisionómico	Habitat * 2150	Habitat * 2250	Habitat 2260	Povoamento de pinheiro	Curso de água e vegetação ripícola
ASPARAGACEAE						
<i>Asparagus aphyllus</i>	Nanofanerófito			X	X	
ASTERACEAE						
<i>Dittrichia viscosa</i>	Caméfito				X	
<i>Andryala integrifolia</i>	Hemicriptófito			X	X	
<i>Helichrysum picardii</i>	Caméfito	X		X	X	
CAMPANULACEAE						
<i>Jasione montana</i>	Hemicriptófito			X	X	
CISTACEAE						
<i>Halimium calycinum</i>	Caméfito	X		X	X	
<i>Halimium halimifolium</i>	Caméfito	X		X	X	
CUPRESSACEAE						
<i>Juniperus navicularis</i>	Microfanerófito		X	X		
DENNSTAEDITIACEAE						
<i>Pteridium aquilinum</i>	Geófito					X
ERICACEAE						
<i>Arbutus unedo</i>	Nanofanerófito					X
<i>Calluna vulgaris</i>	Nanofanerófito	X				
<i>Erica scoparia</i>	Microfanerófito	X				
<i>Erica umbellata</i>	Nanofanerófito	X				
EUPHORBIACEAE						
<i>Euphorbia portlandica</i>	Hemicriptófito			X	X	
GENCIANACEAE						
<i>Centaurium erythraea</i>	Hemicriptófito	X		X	X	
FABACEAE						
<i>Genista triacanthos</i>	Caméfito			X	X	
<i>Ulex australis</i> subsp. <i>welwitschianus</i>	Caméfito			X		
<i>Stauracanthus lusitanicus</i>	Caméfito			X		
FAGACEAE						
<i>Quercus coccifera</i>	Caméfito					X
<i>Quercus suber</i>	Masofanerófito				X	X
JUNCACEAE						
<i>Juncus rugosus</i>	Proto-hemicriptófito					X
LAMIACEAE						
<i>Lavandula sampaoiana</i>	Caméfito			X	X	
<i>Thymus capitellatus</i>	Caméfito			X	X	
OLEACEAE						
<i>Phillyrea angustifolia</i>	Nanofanerófito	X				
PINACEAE						
<i>Pinus pinaster</i>	Megafanerófito				X	
<i>Pinus pinea</i>	Megafanerófito				X	
PLUMBAGINACEAE						
<i>Armeria rouyana</i>	Caméfito			X	X	
POACEAE						

FAMÍLIA Nome Científico	Tipo Fisionómico	Habitat * 2150	Habitat * 2250	Habitat 2260	Povoamento de pinheiro	Curso de água e vegetação ripiícola
<i>Molinia caerulea</i>	Hemicriptófito					X
<i>Briza maxima</i>	Terófito	X	X	X	X	
<i>Corynephorus canescens</i>	Hemicriptófito		X	X		
PRIMULACEAE						
<i>Anagallis tenella</i>	Hemicriptófito					X
ROSACEAE						
<i>Rubus ulmifolius</i>	Microfanerófito					X
SALICACEAE						
<i>Salix atrocinerea</i>	Microfanerófito					X
THYMELAEACEAE						
<i>Daphne gnidium</i>	Caméfito	X		X	X	

ANEXO II – PATRIMÓNIO

AUTORIZAÇÃO DA DGPC PARA A EQUIPA DE ARQUEÓLOGOS EFETUAR TRABALHOS DE PROSPEÇÃO SISTEMÁTICA



Direção Regional de Cultura do Alentejo

DRCA 20/11/15 005316

Exma. Senhora
Dra. Carla Sofia Alves Fernandes
Archeosfera - Estudos e Consultoria em
Arqueologia, Lda.
Rua Camilo Castelo Branco 9 - 3º Direito
2685-031 SACA VÉM, Portugal

Sua referência	Sua comunicação	Ofício n.º	DRCALEN-S-2015/384071 (C.S:1061592)
		Data	19/11/2015
		Procº n.º	Ex-DRE/2015/15-01/180/PATA/5908 (C.S:139872)
		Cód.Manual	12.10.182

Assunto: PATA (Prospecção) - Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos de Prospecção para o Estudo de Impacte Ambiental do Projeto Agrícola HTS na Herdade das Texugueiras Sul, Alcácer do Sal - Carla Sofia Alves Fernandes - Archeosfera, Lda.
Herdade das Texugueiras Sul Alcácer do Sal

Requerente: Carla Sofia Alves Fernandes

No âmbito das competências e atribuições desta Direção Regional, informo V. Exas. que foram **autorizados condicionalmente** os trabalhos arqueológicos mencionados em epígrafe, de acordo com a legislação em vigor, Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de Julho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 287/2000, de 10 de Novembro, de acordo com despacho do Sr. Diretor-Geral da DGPC de 18/11/2015, que a seguir se transcreve:

“Aprovo condicionado à entrega do plano de regularização dos relatórios em falta.”

Deverá ser comunicada à DRCA Alentejo a data do início dos trabalhos para efeitos de acompanhamento e fiscalização.

Com os melhores cumprimentos.

 A Diretora Regional de Cultura do Alentejo

Diretor de Serviços dos Bens Culturais


João Octávio Pires

Ana Paula Amendoeira

ANEXO III - PEDIDOS DE INFORMAÇÃO - RESPOSTAS DAS ENTIDADES

RESPOSTAS DAS ENTIDADES COMPETENTES PELO PLANEAMENTO E GESTÃO EM MATÉRIA DOS DESCRITORES RELEVANTES PARA O AIA

Quadro 1.6 – Pedidos de Informação e Respostas

Saída		Assunto	Entidade	e-mail	Resposta
Nº	Data				
01_PG0066	27-10-2015	Pedido de Informação	AGDA	geral@agda.pt	Não
02_PG0066	27-10-2015	Pedido de Informação	ABVSAS	abvsas@sapo.pt	Não
03_PG0066	27-10-2015	Pedido de Informação	APA/ARH Alentejo	arhalt.geral@apambiente.pt	Sim
04_PG0066	27-10-2015	Pedido de Informação	CCDR-Alentejo	expediente@ccdr-a.gov.pt	Sim
05_PG0066	27-10-2015	Pedido de Informação	CM Alcácer do Sal	geral@m-alcacerdosal.pt	Reunião
06_PG0066	27-10-2015	Pedido de Informação	DGADR	dgadr@dgadr.pt	Não
07_PG0066	27-10-2015	Pedido de Informação	DGEG	energia@dgeg.pt	Sim
08_PG0066	27-10-2015	Pedido de Informação	DRAP Alentejo	geral@drapal.min-agricultura.pt ; sr.alentejolitoral@drapal.min-agricultura.pt	Não
09_PG0066	27-10-2015	Pedido de Informação	EDM	edm.mineira@edm.pt	Sim
10_PG0066	27-10-2015	Pedido de Informação	ICNF	guilherme.santos@icnf.pt	Reunião
11_PG0066	27-10-2015		JFUNIÃO FREGUESIAS	uniaofregalc@sapo.pt	Não
12_PG0066	27-10-2015	Pedido de Informação	LNEG	info.geral@lneg.pt	Não
13_PG0066	27-10-2015	Pedido de Informação	REFER	ci@org.refer.pt	Não
14_PG0066	27-10-2015	Pedido de Informação	DRE Alentejo	dre.alentejo@dreal.min-economia.pt	Não
15_PG0066	27-10-2015	Pedido de Informação	TURISMO DE PORTUGAL	info@turismodeportugal.pt	Não

Nota:

AGDA – Águas Públicas do Alentejo

ABVSAS - Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sado

APA/ARH Alentejo – Agência Portuguesa do Ambiente/Administração Região Hidrográfica do Alentejo

CCDR-Alentejo – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

CM Alcácer do Sal – Câmara Municipal de Alcácer do Sal

DGADR – Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia

DRAP Alentejo – Direção Regional da Agricultura e Pescas do Alentejo

DRE Alentejo – Direção Regional de Economia do Alentejo

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

JFComporta – Junta de Freguesia da Comporta

JFUnião Freguesias – União das freguesias de Alcácer do Sal - Santa Maria do Castelo e Santiago e Santa Susana

TRANGAS – Sociedade Portuguesa de Gás Natural

GALP – GALP Energia

REN - Rede Elétrica Nacional

LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia



ricardina fialho <rioseaquiferos@gmail.com>

FW: Pedido de Informação EIA HTS

arhalt.geral <arhalt.geral@apambiente.pt>

5 de fevereiro de 2016 às 17:46

Para: "rioseaquiferos@gmail.com" <rioseaquiferos@gmail.com>

S008861-201602-ARHALT.DPI de 5 de fevereiro de 2016

Exm^a. Senhora

Eng^a Ricardina Fialho

Em resposta ao v/ pedido de dados infra, no âmbito do EIA HTS, considerando a informação anteriormente cedida por esta ARH, junto se envia a informação atualizada relativa a captações de água subterrânea para abastecimento público, na proximidade do projeto em elaboração.

Com os melhores cumprimentos

Administração da Região Hidrográfica do Alentejo



RELATÓRIO DO ESTADO DO AMBIENTE

SABER MAIS PARA AGIR MELHOR

disponível em apambiente.pt



AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE - PORTUGUESE ENVIRONMENT AGENCY

Av. Eng^o. Arantes e Oliveira, n^o 193,

7004-514 ÉVORA | PORTUGAL

+351 266 768 200 | Fax: +351 266 768 230

e-mail: arhalt.geral@apambiente.pt



ricardina fialho <rioseaquiferos@gmail.com>

Pedido de Informação - "EIA do Projeto Agrícola HTS"1 mensagem

expediente <expediente@ccdr-a.gov.pt>

20 de novembro de 2015 às 15:11

Para: rioseaquiferos@gmail.com

Cc: Umbelina Campainhas <umbelina.campainhas@ccdr-a.gov.pt>

[Saída nº 5510 de 20/11/2015](#)

(Resposta à Entrada nº 9166/2015, tipo e-mail, de 27/10/2015)

Com os melhores cumprimentos

Colatino Simplicio

Técnico superior

Direcção de Serviços de Ordenamento do Território

e-mail: colatino.simplicio@ccdr-a.gov.pt**Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Alentejo**

Av. Eng. Arantes e Oliveira, 193 - 7004-514 ÉVORA

Tel.: + 351 266 740 300 - Fax.: + 351 266 706 562

www.ccdr-a.gov.pt email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Relativamente à solicitação referida em epígrafe, apresentada através do V. email de 27 de Outubro de 2015, informa-se que:

- A listagem dos Instrumentos de Gestão Territorial aprovados para a área em estudo (e inclusivamente a sua consulta) poderá ser obtida através do Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT), cujo URL é

http://www.dgterritorio.pt/sistemas_de_informacao/snit/;

- A revisão o PDM de Alcácer do Sal foi iniciada em 2011 (Aviso n.º 13450/2011, publicado no Diário da República, 2.ª série - N.º 123, de 29 de Junho de 2011), mas o respetivo ponto de situação deverá ser avaliado junto do Município;

- A carta atualizada da Reserva Ecológica Nacional de Alcácer do Sal pode ser descarregada (em formato SHP e DXF) a partir do sítio da Internet da CCDR Alentejo, através do link:

[http://www.ccdr-a.gov.pt/ren/download.asp?](http://www.ccdr-a.gov.pt/ren/download.asp?Path=http://www.ccdr-a.gov.pt/Ren/download_data;)
[Path=http://www.ccdr-a.gov.pt/Ren/download_data;](http://www.ccdr-a.gov.pt/Ren/download_data;)

- A listagem de outros projetos similares existentes na zona a considerar na análise dos impactes ambientais cumulativos pode ser consultada no Agência Portuguesa do Ambiente, através do link <http://siaia.apambiente.pt/default.aspx>.

Com os melhores cumprimentos

Colatino Simplicio

Técnico superior

Direcção de Serviços de Ordenamento do Território

e-mail: colatino.simplicio@ccdr-a.gov.pt



Comissão de Coordenação e

Desenvolvimento Regional do Alentejo

Av. Eng. Arantes e Oliveira, 193 - 7004-514 ÉVORA

Tel.: + 351 266 740 300 - Fax.: + 351 266 706 562

www.ccdr-a.gov.pt email: expediente@ccdr-a.gov.pt



ricardina fialho <rioseaquiferos@gmail.com>

[07_PG0066] - Pedido de Informação EIA HTS

Nuno Miguel Sousa Neves (DGEG) <nuno.neves@dgeg.pt>
Para: "rioseaquiferos@gmail.com" <rioseaquiferos@gmail.com>

3 de novembro de 2015 às 09:58

Bom dia

Na sequência da s/solicitação, venho por este meio remeter o n/mapa n.º561/DSAGR/2015, com a identificação e demarcação das áreas de Recursos Geológicos.

Não foi detetada a existência de qualquer exploração de massas minerais (pedreiras) na área por vós apresentadas. No entanto, em virtude de muitas dessas explorações não possuírem (no seu pedido de número de cadastro nacional), qualquer indicação e/ou referência georreferenciada, sugere-se consulta à Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

Para informações sobre as redes de distribuição de energia (nomeadamente gás e eletricidade) deverão ser consultadas as empresas concessionárias das redes de transporte e distribuição.

Caso considerem necessário estamos ao dispor para quaisquer esclarecimento.

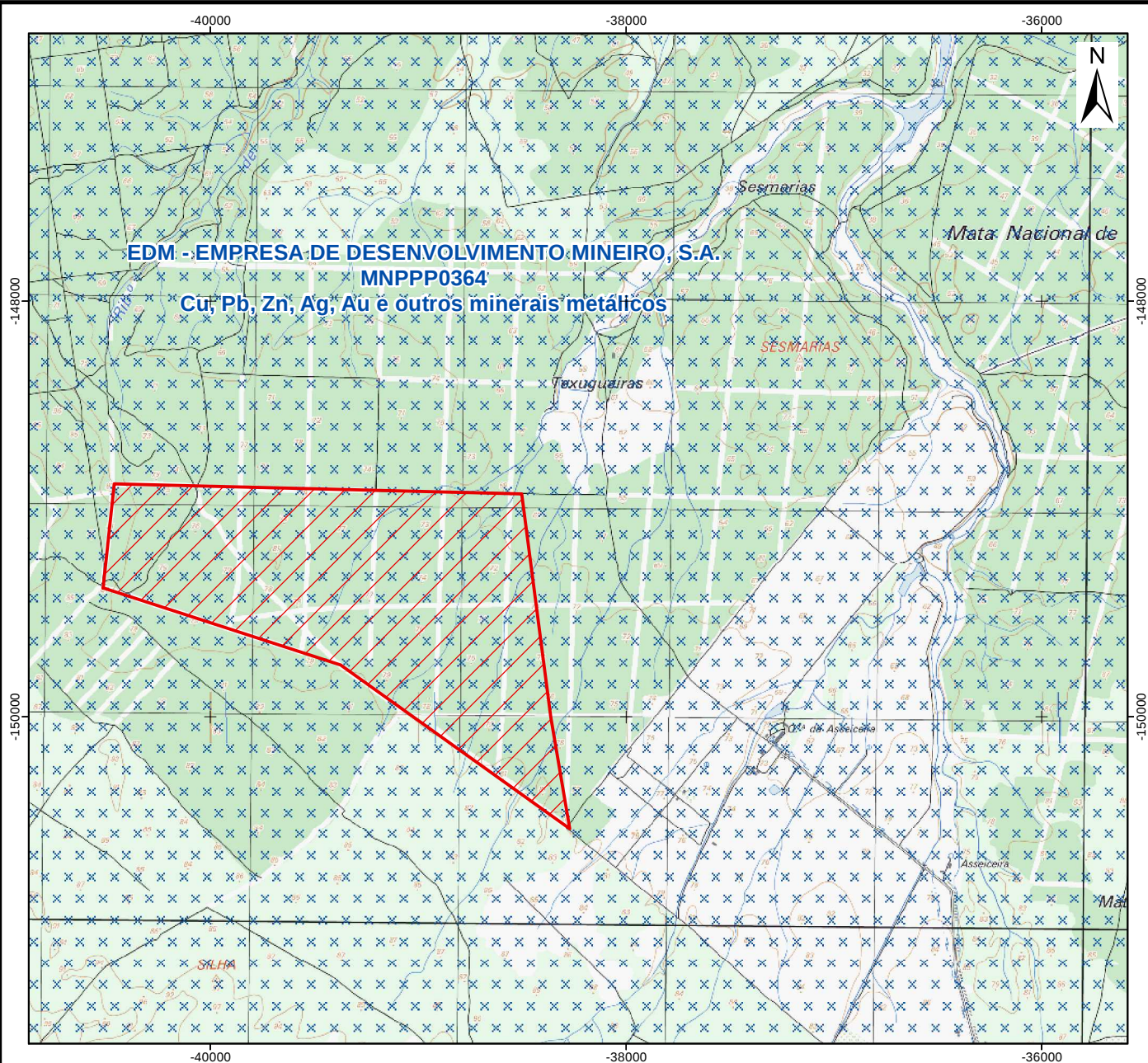
Com os melhores cumprimentos

Nuno Sousa Neves

Técnico superior (Arq.)

Direção de Serviços de Apoio e Gestão de Recursos / Núcleo de Ordenamento do Território

 Descrição: Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia



Legenda

-  Localização aproximada da pretensão
-  Pedido de prospeção e pesquisa

Base cartográfica do IGeoE à escala 1:25.000
Sistema de Referência: PT-TM06/ETRS89

Assunto:

Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Projeto Agrícola da
Herdade das Texugueiras Sul
Requerente: HORTÍCOLAS SATURNINO, LDA.
Local: Herdade das Texugueiras Sul - Alcácer do Sal

Escala 1:30.000

Mapa nº 561/DSAGR/2015

Data: 02-11-2015

Executado por:
Susana Nogueira

ANEXO IV – MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO GERAIS DA APA

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO GERAIS DEFINIDAS PELA AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE A IMPLEMENTAR PELOS PROMOTORES DOS PROJETOS EM FASE DE CONSTRUÇÃO

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO GERAIS DA FASE DE CONSTRUÇÃO

Fase de preparação prévia à execução das obras

- 1 Divulgar o programa de execução das obras às populações interessadas, designadamente à população residente na área envolvente. A informação disponibilizada deve incluir o objectivo, a natureza, a localização da obra, as principais acções a realizar, respectiva calendarização e eventuais afectações à população, designadamente a afectação das acessibilidades.
- 2 Implementar um mecanismo de atendimento ao público para esclarecimento de dúvidas e atendimento de eventuais reclamações.
- 3 Realizar acções de formação e de sensibilização ambiental para os trabalhadores e encarregados envolvidos na execução das obras relativamente às acções susceptíveis de causar impactes ambientais e às medidas de minimização a implementar, designadamente normas e cuidados a ter no decurso dos trabalhos.
- 4 Assegurar que a calendarização da execução das obras atenda à redução dos níveis de perturbação das espécies de fauna na área de influência dos locais dos trabalhos, nos períodos mais críticos, designadamente a época de reprodução, que decorre genericamente entre o início de Abril e o fim de Junho.
- 5 Elaborar um Plano de Integração Paisagística das Obras, de forma a garantir o enquadramento paisagístico adequado que garanta a atenuação das afectações visuais associadas à presença das obras e respectiva integração na área envolvente.
- 6 Elaborar um Plano de Gestão Ambiental (PGA), constituído pelo planeamento da execução de todos os elementos das obras e identificação e pormenorização das medidas de minimização a implementar na fase da execução das obras, e respectiva calendarização. Este PGA deverá incluir um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) das obras.

O PGA deve ser elaborado pelo dono da obra e integrado no processo de concurso da empreitada ou deve ser elaborado pelo empreiteiro antes do início da execução da obra, desde que previamente sujeito à aprovação do dono da obra. As cláusulas técnicas ambientais constantes do PGA comprometem o empreiteiro e o dono da obra a executar todas as medidas de minimização identificadas, de acordo com o planeamento previsto.

As medidas apresentadas para a fase de execução da obra e para a fase final de execução da obra devem ser incluídas no PGA a apresentar em fase de RECAPE (quando aplicável), sempre que se verificar necessário e sem prejuízo de outras que se venham a verificar necessárias

Fase de execução da obra

Implantação dos Estaleiros e Parques de Materiais

- 7 Os estaleiros e parques de materiais devem localizar-se no interior da área de intervenção ou em áreas degradadas; devem ser privilegiados locais de declive reduzido e com acesso próximo, para evitar ou minimizar movimentações de terras e abertura de acessos.

Não devem ser ocupados os seguintes locais:

- Áreas do domínio hídrico;
- Áreas inundáveis;
- Zonas de protecção de águas subterrâneas (áreas de elevada infiltração);
- Perímetros de protecção de captações;
- Áreas classificadas da Reserva Agrícola Nacional (RAN) ou da Reserva Ecológica Nacional (REN)
- Outras áreas com estatuto de protecção, nomeadamente no âmbito da conservação da natureza;
- Outras áreas onde possam ser afectadas espécies de flora e de fauna protegidas por lei, nomeadamente sobreiros e/ou azinheiras;
- Locais sensíveis do ponto de vista geotécnico;
- Locais sensíveis do ponto de vista paisagístico;
- Áreas de ocupação agrícola;
- Proximidade de áreas urbanas e/ou turísticas;
- Zonas de protecção do património.

- 8 Os estaleiros e parques de materiais devem ser vedados, de acordo com a legislação aplicável, de forma a evitar os impactes resultantes do seu normal funcionamento.

Desmatção, Limpeza e Decapagem dos Solos

- 9 As acções pontuais de desmatção, destruição do coberto vegetal, limpeza e decapagem dos solos devem ser limitadas às zonas estritamente indispensáveis para a execução da obra.
- 10 Antes dos trabalhos de movimentação de terras, proceder à decapagem da terra viva e ao seu armazenamento em pargas, para posterior reutilização em áreas afectadas pela obra.
- 11 A biomassa vegetal e outros resíduos resultantes destas actividades devem ser removidos e devidamente encaminhados para destino final, privilegiando-se a sua reutilização.
- 12 Sempre que a área a afectar potencialmente apresente património arqueológico deve-se efectuar o acompanhamento arqueológico das acções de desmatção e proceder a prospecção arqueológica das áreas cuja visibilidade foi nula ou insuficiente, aquando da caracterização da situação de referência.

Escavações e Movimentação de terras

- 13 Sempre que a área a afectar potencialmente apresente património arqueológico deve-se efectuar o acompanhamento arqueológico de todas as acções que impliquem a movimentação dos solos, nomeadamente escavações e aterros, que possam afectar o património arqueológico.
- 14 Os trabalhos de escavações e aterros devem ser iniciados logo que os solos estejam limpos, evitando repetição de acções sobre as mesmas áreas.
- 15 Executar os trabalhos que envolvam escavações a céu aberto e movimentação de terras de forma a minimizar a exposição dos solos nos períodos de maior pluviosidade, de modo a diminuir a erosão hídrica e o transporte sólido.
- 16 A execução de escavações e aterros deve ser interrompida em períodos de elevada pluviosidade e devem ser tomadas as devidas precauções para assegurar a estabilidade dos taludes e evitar o respectivo deslizamento.
- 17 Sempre que possível, utilizar os materiais provenientes das escavações como material de aterro, de modo a minimizar o volume de terras sobrantes (a transportar para fora da área de intervenção).
- 18 Os produtos de escavação que não possam ser aproveitados, ou em excesso, devem ser armazenados em locais com características adequadas para depósito.
- 19 Caso se verifique a existência de materiais de escavação com vestígios de contaminação, estes devem ser armazenados em locais que evitem a contaminação dos solos e das águas subterrâneas, por infiltração ou escoamento das águas pluviais, até esses materiais serem encaminhados para destino final adequado.
- 20 Durante o armazenamento temporário de terras, deve efectuar-se a sua protecção com coberturas impermeáveis. As pilhas de terras devem ter uma altura que garanta a sua estabilidade.

- 21 Caso haja necessidade de levar a depósito terras sobrantes, a selecção dessas zonas de depósito deve excluir as seguintes áreas:
- Áreas do domínio hídrico;
 - Áreas inundáveis;
 - Zonas de protecção de águas subterrâneas (áreas de elevada infiltração);
 - Perímetros de protecção de captações;
 - Áreas classificadas da Reserva Agrícola Nacional (RAN) ou da Reserva Ecológica Nacional (REN)
 - Outras áreas com estatuto de protecção, nomeadamente no âmbito da conservação da natureza;
 - Outras áreas onde possam ser afectadas espécies de flora e de fauna protegidas por lei, nomeadamente sobreiros e/ou azinheiras;
 - Locais sensíveis do ponto de vista geotécnico;
 - Locais sensíveis do ponto de vista paisagístico;
 - Áreas de ocupação agrícola;
 - Proximidade de áreas urbanas e/ou turísticas;
 - Zonas de protecção do património.
- 22 Caso seja necessário recorrer a grande quantidade de terras de empréstimo para a execução das obras respeitar os seguintes aspectos para a selecção dos locais de empréstimo:
- As terras de empréstimo devem ser provenientes de locais próximos do local de aplicação, para minimizar o transporte;
 - As terras de empréstimo não devem ser provenientes de:
 - terrenos situados em linhas de água, leitos e margens de massas de água;
 - zonas ameaçadas por cheias, zonas de infiltração elevada, perímetros de protecção de captações de água;
 - áreas classificadas da RAN ou da REN;
 - áreas classificadas para a conservação da natureza;
 - outras áreas onde as operações de movimentação das terras possam afectar espécies de flora e de fauna protegidas por lei, nomeadamente sobreiros e/ou azinheiras;
 - locais sensíveis do ponto de vista geotécnico;
 - locais sensíveis do ponto de vista paisagístico;
 - áreas com ocupação agrícola;
 - áreas na proximidade de áreas urbanas e/ou turísticas;
 - zonas de protecção do património.

Construção e Reabilitação de Acessos

- 23 Privilegiar o uso de caminhos já existentes para aceder aos locais da obra. Caso seja necessário proceder à abertura de novos acessos ou ao melhoramento dos acessos existentes, as obras devem ser realizadas de modo a reduzir ao mínimo as alterações na ocupação do solo fora das zonas que posteriormente ficarão ocupadas pelo acesso.
- 24 Assegurar o correcto cumprimento das normas de segurança e sinalização de obras na via pública, tendo em consideração a segurança e a minimização das perturbações na actividade das populações.
- 25 Assegurar que os caminhos ou acessos nas imediações da área do projecto não fiquem obstruídos ou em más condições, possibilitando a sua normal utilização por parte da população local.
- 26 Sempre que se preveja a necessidade de efectuar desvios de tráfego, submeter previamente os respectivos planos de alteração à entidade competente, para autorização.
- 27 Garantir a limpeza regular dos acessos e da área afecta à obra, de forma a evitar a acumulação e ressuspensão de poeiras, quer por acção do vento, quer por acção da circulação de veículos e de equipamentos de obra.

Circulação de Veículos e Funcionamento de Maquinaria

- 28 Devem ser estudados e escolhidos os percursos mais adequados para proceder ao transporte de equipamentos e materiais de/para o estaleiro, das terras de empréstimo e/ou materiais excedentários a levar para destino adequado, minimizando a passagem no interior dos aglomerados populacionais e junto a receptores sensíveis (como, por exemplo, instalações de prestação de cuidados de saúde e escolas).
- 29 Sempre que a travessia de zonas habitadas for inevitável, deverão ser adoptadas velocidades moderadas, de forma a minimizar a emissão de poeiras.
- 30 Assegurar o transporte de materiais de natureza pulvulenta ou do tipo particulado em veículos adequados, com a carga coberta, de forma a impedir a dispersão de poeiras.
- 31 Assegurar que são seleccionados os métodos construtivos e os equipamentos que originem o menor ruído possível.
- 32 Garantir a presença em obra unicamente de equipamentos que apresentem homologação acústica nos termos da legislação aplicável e que se encontrem em bom estado de conservação/manutenção.
- 33 Proceder à manutenção e revisão periódica de todas as máquinas e veículos afectos à obra, de forma a manter as normais condições de funcionamento e assegurar a minimização das emissões gasosas, dos riscos de contaminação dos solos e das águas, e de forma a dar cumprimento às normas relativas à emissão de ruído.

- 34 Garantir que as operações mais ruidosas que se efectuem na proximidade de habitações se restringem ao período diurno e nos dias úteis, de acordo com a legislação em vigor.
- 35 Os locais de estacionamento das máquinas e viaturas devem ser pavimentados e dotados de sistemas de drenagem de águas pluviais.
- 36 Proceder à pavimentação provisória das vias internas do local das obras, de forma a evitar o levantamento de poeiras através da circulação de veículos e maquinaria.
- 37 Proceder à aspersão regular e controlada de água, sobretudo durante os períodos secos e ventosos, nas zonas de trabalhos e nos acessos utilizados pelos diversos veículos, onde poderá ocorrer a produção, acumulação e ressuspensão de poeiras.
- 38 A saída de veículos das zonas de estaleiros e das frentes de obra para a via pública deverá obrigatoriamente ser feita de forma a evitar a sua afectação por arrastamento de terras e lamas pelos rodados dos veículos. Sempre que possível, deverão ser instalados dispositivos de lavagem dos rodados e procedimentos para a utilização e manutenção desses dispositivos adequados.
- 39 Devem ser adoptadas soluções estruturais e construtivas dos órgãos e edifícios, e instalação de sistemas de insonorização dos equipamentos e/ou edifícios que alberguem os equipamentos mais ruidosos, de modo a garantir o cumprimento dos limites estabelecidos no Regulamento Geral do Ruído.

Gestão de Produtos, Efluentes e Resíduos

- 40 Definir e implementar um Plano de Gestão de Resíduos, considerando todos os resíduos susceptíveis de serem produzidos na obra, com a sua identificação e classificação, em conformidade com a Lista Europeia de Resíduos (LER), a definição de responsabilidades de gestão e a identificação dos destinos finais mais adequados para os diferentes fluxos de resíduos.
- 41 Assegurar o correcto armazenamento temporário dos resíduos produzidos, de acordo com a sua tipologia e em conformidade com a legislação em vigor. Deve ser prevista a contenção/retenção de eventuais escorrências/derrames. Não é admissível a deposição de resíduos, ainda que provisória, nas margens, leitos de linhas de água e zonas de máxima infiltração.
- 42 São proibidas queimas a céu aberto.
- 43 Os resíduos produzidos nas áreas sociais e equiparáveis a resíduos urbanos devem ser depositados em contentores especificamente destinados para o efeito, devendo ser promovida a separação na origem das fracções recicláveis e posterior envio para reciclagem.
- 44 Em especial nos casos de remodelação de obras existentes (ampliação ou modificação), os resíduos de construção e demolição e equiparáveis a resíduos industriais banais (RIB) devem ser triados e separados nas suas componentes recicláveis e, subsequentemente, valorizados.

- 45 Os óleos, lubrificantes, tintas, colas e resinas usados devem ser armazenados em recipientes adequados e estanques, para posterior envio a destino final apropriado, preferencialmente a reciclagem.
- 46 Manter um registo actualizado das quantidades de resíduos gerados e respectivos destinos finais, com base nas guias de acompanhamento de resíduos.
- 47 Assegurar o destino final adequado para os efluentes domésticos provenientes do estaleiro, de acordo com a legislação em vigor – ligação ao sistema municipal ou, alternativamente, recolha em tanques ou fossas estanques e posteriormente encaminhados para tratamento.
- 48 A zona de armazenamento de produtos e o parque de estacionamento de viaturas devem ser drenados para uma bacia de retenção, impermeabilizada e isolada da rede de drenagem natural, de forma a evitar que os derrames acidentais de óleos, combustíveis ou outros produtos perigosos contaminem os solos e as águas. Esta bacia de retenção deve estar equipada com um separador de hidrocarbonetos.
- 49 Sempre que ocorra um derrame de produtos químicos no solo, deve proceder-se à recolha do solo contaminado, se necessário com o auxílio de um produto absorvente adequado, e ao seu armazenamento e envio para destino final ou recolha por operador licenciado.

Fase final da execução das obras

- 50 Proceder à desactivação da área afecta aos trabalhos para a execução da obra, com a desmontagem dos estaleiros e remoção de todos os equipamentos, maquinaria de apoio, depósitos de materiais, entre outros. Proceder à limpeza destes locais, no mínimo com a reposição das condições existentes antes do início dos trabalhos.
 - 51 Proceder à recuperação de caminhos e vias utilizados como acesso aos locais em obra, assim como os pavimentos e passeios públicos que tenham eventualmente sido afectados ou destruídos.
 - 52 Assegurar a reposição e/ou substituição de eventuais infra-estruturas, equipamentos e/ou serviços existentes nas zonas em obra e áreas adjacentes, que sejam afectadas no decurso da obra.
 - 53 Assegurar a desobstrução e limpeza de todos os elementos hidráulicos de drenagem que possam ter sido afectados pelas obras de construção.
 - 54 Proceder ao restabelecimento e recuperação paisagística da área envolvente degradada – através da reflorestação com espécies autóctones e do restabelecimento das condições naturais de infiltração, com a descompactação e arejamento dos solos.
 - 55 Proceder à recuperação paisagística dos locais de empréstimo de terras, caso se constate a necessidade de recurso a materiais provenientes do exterior da área de intervenção.
-
-